

## 2

### Tradução e interpretação: vozes distintas ou convergentes?

“Tradução” e “interpretação” são palavras que se confundem na história, na prática e na academia. A breve investigação histórica a ser traçada neste capítulo demonstrará as atitudes e práticas que prevaleceram em diferentes épocas no mundo ocidental, iluminadas pelas opiniões dos praticantes, estudiosos e críticos contemporâneos, e apoiadas em análises de acadêmicos da atualidade. A descrição da evolução das práticas ao longo do século XX e os estudos a elas relacionados trará à tona os processos de profissionalização e academização de cada área e permitirá a identificação de possíveis sinergias e conflitos existentes internamente em cada área e também entre elas.

Seria interessante começar por definir cada palavra seguindo os conceitos geralmente aceitos hoje em dia no Ocidente, e o local mais propício para isso é a mais importante obra de referência existente sobre os estudos da tradução, a *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, publicada em 1998. Como este foi o primeiro empreendimento do gênero para uma disciplina ainda em formação, a organizadora, Mona Baker, optou por abrigar uma diversidade de manifestações práticas e intelectuais no seu escopo:

Os estudos da tradução alcançaram um estágio do seu desenvolvimento no qual a pluralidade de abordagens que os informam ou que poderiam informá-los chega a ser assustadora, e muitas pessoas foram tentadas a promover a abordagem com a qual se sentem especialmente confortáveis, desprezando as outras...Tentei manter a mente aberta sobre o que poderia constituir uma perspectiva viável dos estudos da tradução e o que poderia ser entendido, legitimamente, como área relevante de consideração ou método de pesquisa nos estudos da tradução.<sup>1</sup> (Baker 1998a:xiii)

Sendo assim, o livro adota uma definição bastante ampla para os estudos da tradução:

Entende-se que o termo ‘Estudos da Tradução’ agora se refere à disciplina acadêmica que envolve o estudo da tradução *lato sensu*, abrangendo tradução literária e não-literária e várias formas de interpretação oral, além de dublagem e legendagem<sup>2</sup>. (Baker 1998b:277)

---

<sup>1</sup> “Translation studies is at a stage of its development when the plurality of approaches that inform it or are capable of informing it can be overwhelming, and the temptation of many has been to promote one approach with which they feel particularly comfortable and dismiss the rest...I have tried to keep an open mind on what constitutes a viable perspective on the study of translation and what might legitimately be seen as a relevant area of concern or method of research in translation studies”.

<sup>2</sup> “‘Translation studies’ is now understood to refer to the academic discipline concerned with the study of translation at large, including literary and non-literary translation, various forms of oral interpreting, as well as dubbing and subtitling”.

Na seção sobre a interpretação simultânea e de conferências, Daniel Gile define interpretação como sendo “a tradução oral de discurso oral” (Gile 1998:40), não evitando a palavra “tradução” na sua definição de interpretação, mas fazendo uma clara distinção entre oralidade e a palavra escrita. Já na seção sobre *Community Interpreting*, que ocorre principalmente na esfera de serviços públicos (polícia, entidades governamentais, instituições de saúde, etc.), Cecilia Wadensjö define esta área em contraposição às outras modalidades de interpretação, enfatizando o papel do intérprete como mediador lingüístico e social e a importância da neutralidade dessa pessoa em situações de negociação entre indivíduos e órgãos do Estado. Temos, então, uma definição ao mesmo tempo explícita e implícita de “interpretação” como um ramo ou forma de tradução, caracterizada pela oralidade. Adotarei aqui esta definição, e a contrastarei com “tradução”, que envolve a palavra escrita. Considerarei sempre a tradução interlingual e não a intralingual, e neste estudo não abordarei a interpretação de línguas de sinais. Os “estudos de” serão objeto de escrutínio à parte, pois se referem, principalmente, à estruturação acadêmica das disciplinas.

Existem várias semelhanças entre a tradução e a interpretação, que levam as duas atividades a serem contempladas como uma mesma unidade, principalmente pelo leigo. No Brasil, é comum ouvir a interpretação ser chamada de “tradução simultânea”, nomenclatura que pressupõe o mesmo processo básico. Também no Brasil, não há distinção entre tradutor e intérprete para a finalidade de serviços juramentados; presume-se que quem passa na prova escrita de tradutor juramentado pode, também, exercer a função de intérprete juramentado. Na prática, o que ocorre é que intérpretes autônomos são contratados para trabalhar nas poucas instâncias de interpretação no tribunal que ocorrem.

Na história das teorias e dos estudos acerca da tradução e interpretação, porém, os caminhos trilhados não são tão próximos. Aliás, a procura de uma convergência (“terreno comum”) tem sido objeto de discussões acadêmicas, bons exemplos das quais sendo o debate iniciado por Andrew Chesterman e Rosemary Arrojo na revista *Target* (2000) e o livro *Translation Research and Interpreting Research*. O livro foi resultado de um seminário sobre o assunto na Universidade de Aston, no Reino Unido, em fevereiro de 2002, e contém contribuições de acadêmicos das duas áreas. Já o artigo inicial em *Target* foi uma tentativa de “descobrir até que ponto seria possível conciliar ... [as] duas abordagens”

(Chesterman e Arrojo 2000:151) representadas pelos autores, a saber, uma visão essencialista ou empírica e outra, pós-moderna. O resultado – 30 “teses”, ou afirmações curtas, representando as opiniões e posturas defendidas pelos dois autores, e duas “codas”, ou textos individuais, nas quais cada autor colocou suas ressalvas relativas às questões levantadas – inspirou três séries de respostas por acadêmicos de diversos campos nos subseqüentes números da revista, inclusive de Miriam Shlesinger, com “Shared Ground in Interpreting Studies too” (Shlesinger 2001). Ficou claro nos dois debates que as linhas de falha que separam os defensores de cada abordagem não espelham a divisão prática entre tradução e interpretação. Existem, em cada terreno epistemológico, estudiosos interessados tanto na tradução como na interpretação, que incluem aqueles que advogam uma cisão total e outros, uma co-existência pacífica.

Por trás dessas discussões parece haver uma preocupação com o status acadêmico, a institucionalização e a criação de uma identidade mais bem definida para cada uma das duas áreas. Tradicionalmente, a tradução se inseriu nos departamentos de literatura comparada, letras e lingüística, onde seus aspectos filosóficos, lingüísticos, sócio-culturais e históricos tenderam a ser o foco principal. A pesquisa sobre interpretação, por sua vez, carece de uma tradição estabelecida, e o foco vem se estabelecendo de acordo com a modalidade sob análise. Estudos sobre a interpretação simultânea, por exemplo, tendem a privilegiar o processo, com a conseqüente importância das áreas de psicologia cognitiva, psicolingüística, neurofisiologia e neurolingüística. Por sua vez, as pesquisas envolvendo a interpretação na comunidade e no tribunal buscam compreender as questões éticas, sociológicas e psicológicas (Gile 2004a:29).

Como conseqüência, os estudos sobre qualquer uma das duas práticas necessariamente implicam incursões em campos de conhecimento diversos – desde as ciências sociais e humanas até as ciências exatas e naturais – dependendo dos pressupostos epistemológicos e metodologias adotados. A crescente conscientização quanto à complexidade dos processos envolvidos, à multiplicidade de manifestações de cada atividade e aos atores diversos que influenciam os produtos (textos) vem impedindo que qualquer ato de tradução ou interpretação seja enxergado como uma operação lingüística apenas, por mais complexa que seja. O resultado é que se procura cada vez mais apoio em uma multiplicidade de disciplinas para dar sentido aos dados apreendidos. Em termos

práticos, essa transdisciplinariedade não se adapta facilmente às estruturas de instituições acadêmicas, até porque é raro que estudiosos de outras disciplinas entendam o valor ou necessidade de investigações acadêmicas sobre tradução ou interpretação<sup>3</sup>.

Enquanto pressupõe-se que a atividade de interpretação existe desde que houve comunicação entre povos de línguas diferentes, a tradução escrita tem uma história mais curta. Entretanto, as reflexões acerca da tradução remetem a tempos muito mais remotos que as desenvolvidas sobre a interpretação. Possivelmente isso se deve, em parte, à crença existente no Ocidente há milênios acerca da “proximidade ... entre a voz e o ser, a voz e o sentido do ser” (Arrojo 1992:413) em uma relação direta, não mediada; já a palavra escrita teria perdido essa relação essencial, sendo apenas um “derivado”. Não obstante a origem dos diferentes tratamentos históricos da tradução escrita *versus* falada, é a evidência destes que formará a base da pequena investigação histórica a seguir.

## **2.1 Breve retrospectiva da tradução e da interpretação – dos primórdios aos dias de hoje**

Seria presunçoso supor que em poucas páginas seja possível ou desejável desenhar um mapa da história das práticas e das teorias e idéias acerca da tradução e da interpretação. Pretendo, então, destacar alguns momentos desse trajeto, com o objetivo de ilustrar certos pensamentos que ganharam força em determinadas épocas em regiões específicas, e as práticas que então prevaleciam. Com isso, pretendo demonstrar a rica variedade dos pensamentos e as preocupações recorrentes, que ainda servem para iluminar as práticas hoje.

### **2.1.1 Tradução e interpretação na Antigüidade**

É lógico pressupor que a interpretação existe há mais tempo que a tradução escrita, e há evidências da atividade que datam de tempos antigos (Pöchhacker 2004a:27): o intérprete retratado no relevo do túmulo de General Harembab de Mênfis, de 1546 a.C.; as dezenas de intérpretes que recebiam salários do império romano; as leis sancionadas pelo trono espanhol durante o século XVI para regulamentar as atividades de interpretação nas suas colônias, para citar apenas alguns exemplos. A atividade sempre se fez necessária na resolução de questões militares e comerciais entre povos de línguas diferentes, e normalmente não era

<sup>3</sup> Para mais sobre aspectos institucionais, ver Gile 2004a:24-30 e 2001:15-19.

considerada merecedora de grande remuneração ou prestígio. Caracterizada assim, a interpretação não recebia menção em tratados filosóficos ou didáticos, e as poucas referências existentes são anedóticas e/ou de natureza histórica.

No Egito, vários tipos de negociações comerciais envolviam a participação de intérpretes. Na região de mineração de cobre na península do Sinai, aparecem em listas de trabalhadores ao lado de mineiros e marinheiros (Hermann 1956/2001:16). Embora a prática tenha tido uma imagem pouco ilustre, e os primeiros intérpretes tenham sido contratados dentre povos bilíngües, aparentemente sem treinamento, posteriormente os egípcios passaram a recrutar e treinar jovens para exercer essa função (ibid:17).

Os romanos, por sua vez, embora não dependessem tanto de intérpretes nas negociações com os gregos, cuja língua eles dominavam, precisavam deles para as negociações com outros povos do império: egípcios, sírios, germânicos, celtas, etc. Mesmo em 400 d.C., o Ministério do Interior (*Magister Officiorum*) ainda registrava a existência de intérpretes de línguas bárbaras, que às vezes acumulavam funções diplomáticas (ibid:19). Cícero menciona um “amigo e intérprete” seu em uma carta em que, também, oferece ajuda ao filho dessa pessoa (ibid:19), demonstrando que pelo menos alguns intérpretes alcançavam posições sociais mais elevadas.

Foi durante a era romana que os primeiros ensaios sobre a tradução foram produzidos no mundo ocidental (Bassnett 2002:48-51; Furlan 2001). Os comentários de Cícero e Horácio se produziram num contexto em que se traduziam obras gregas para o latim em grande número. Como o estrato letrado da população conhecia o grego, essas traduções não tinham como objetivo permitir que obras escritas nessa língua fossem compreendidas pela população. Tinham, sim, duas finalidades: a primeira, pedagógica e a segunda, cultural. No que diz respeito à função pedagógica, uma atividade que fazia parte do *trivium* – dialética, retórica e gramática – era a tradução de textos do grego para o latim, como exercício gramatical. Na sala de aula, a tradução se tornava uma prática instrumental; prática, aliás, que perdurou durante longos séculos, ainda sendo utilizada no século passado (embora, mais recentemente, apenas para fins de ensino de línguas estrangeiras). Já em relação à função cultural, textos gregos eram traduzidos para que servissem de modelos literários, novos gêneros que enriqueceriam a língua latina e a produção cultural do Império.

Tão diferentes eram as finalidades das duas formas de tradução – e, presume-se, as estratégias empregadas e os resultados finais obtidos – que eram denominadas por palavras diferentes. *Conuertere*, *transuertere*, *imitari* e *interpretari* se referiam à tradução “literária” ou livre, enquanto *exprimere* e *reddere* eram as palavras que indicavam uma tradução formal (educacional, gramatical) (Furlan 2001:13). É importante ressaltar que, nesse período, “interpretari” jamais se referia à “interpretação” como é entendida hoje em dia. Cícero escreveu que:

Não traduzi como intérprete, mas como orador, com os mesmos pensamentos e suas formas bem como com suas figuras, com palavras adequadas ao nosso costume. Para tanto não tive necessidade de traduzir palavra por palavra, mas mantive o gênero das palavras e sua força (Cícero 1996: 38; 40; V, 14; VII, 23, apud Furlan 2001:17).

Nesse trecho, Cícero está afirmando a superioridade de sua prática tradutória em comparação com a prática de outras pessoas que faziam traduções livres/literárias, pois nem como um *intérprete* (tradutor) traduzia, e sim, como um *orador*; ou seja, alguém que domina e produz sua própria fala, em vez de imitar ou reproduzir a fala alheia. Suas palavras demonstram uma preocupação estilística (o domínio da retórica era muito valorizado), enquanto o conteúdo grego era adaptado para a realidade contemporânea (“ao nosso costume”).

Vemos nesse pequeno trecho sementes de idéias que se repetem em várias épocas, sob várias formas e por vários motivos. São elas a questão da importância relativa do conteúdo e da forma, dependendo do objetivo da tradução; a noção de “unidade de tradução” (que, para Cícero, seria maior que uma palavra); e a própria questão de *como* se traduz, de quais os limites aceitáveis da tradução.

### **2.1.2 Traduções bíblicas durante a Reforma e as conquistas do Novo Mundo**

Nos séculos posteriores ao Império Romano o objetivo principal dos textos sobre tradução escritos por estudiosos e tradutores era discutir os méritos relativos de diferentes tratamentos de obras de teor sensível, predominantemente do Novo Testamento (Furlan 2003). E é justamente nos séculos XIV a XVI, período que abrange os primórdios e o apogeu da Reforma, bem como as grandes navegações, que se encontra a maioria das discussões mais ricas e reveladoras, num contexto histórico em que os países da Europa procuravam estender sua hegemonia, dominando povos de terras distantes através da força bruta e da palavra sagrada.

Quando John Wycliffe resolveu traduzir a Bíblia do latim para o inglês, seguindo sua convicção de que ela deveria reger todos os atos do cotidiano, e portanto deveria ser acessível a todos em uma língua de seu conhecimento, foi acusado de heresia pelas autoridades religiosas. Mas seu trabalho perdurou através de um de seus discípulos, John Purvey, que produziu uma edição revisada da obra no início do século XV, com uma seção que explicava as etapas da tradução. A última etapa foi: “traduzir a ‘sentença’ (i.e. sentido) com o máximo de clareza possível, sendo a tradução corrigida por um grupo de colaboradores” (Bassnett 2002:52). Bassnett explica que o objetivo era criar uma versão inteligível e idiomática, que pudesse ser entendida pelo leigo. Essa tradução foi elaborada, então, com base em um objetivo bem definido, transformado em uma estratégia consciente e coerente.

Na Inglaterra, foi Henrique VIII que determinou a cisão da igreja católica, com o estabelecimento da Igreja Anglicana (Church of England), que se subordinou ao trono inglês. Muito embora esse ato tivesse tido motivos dos mais interesseiros, o debate contemporâneo sobre a Bíblia e sua tradução foi sério e acirrado. O humanista Sir Thomas More (1477-1535), católico convicto e intelectual renomado, fez uma crítica detalhada da tradução da Bíblia de William Tyndale, publicada em 1525. Seus argumentos demonstram uma notável perspicácia sobre a força persuasiva da palavra escrita:

Modificou a palavra igreja para a palavra congregação, pois pretende levantar a questão de que igreja seria essa e apresentar a heresia de Lutero de que a igreja na qual todos nós deveríamos crer e à qual deveríamos obedecer não é a entidade conhecida em todos os reinos cristãos que continuam fieis a Jesus Cristo (Bassnett 1996:15)<sup>4</sup>.

Esse trecho (que segue adiante com críticas de outras escolhas lexicais) demonstra o potencial da tradução de transgredir normas; em nome da fidelidade ou de uma interpretação diferente da canônica, ela pode introduzir sutis alterações ao texto, modificando o efeito percebido pelo leitor. Críticas por parte de outros defensores da Igreja Católica de fato levaram Tyndale a ser executado por causa das traduções que produziu (o primeiro mártir tradutório?). Mas o corolário irônico da história é que More também foi executado logo antes por se recusar a renunciar à fé católica, e foi a Bíblia de Tyndale que formou a base daquela elaborada por

---

<sup>4</sup> “He changed the word church into this word congregation, because he would bring it in question which were the church and set forth Luther’s heresy that the church which we should all believe and obey, is not the common known body of all Christian realms remaining in the faith of Christ”.

Miles Coverdale (Coverdale Bible), e que foi ligeiramente adaptada para a publicação da Great Bible, que Henrique VIII mandou colocar em todas as igrejas do reino.

Nas conquistas do Novo Mundo, a barreira lingüística se rompia com a ajuda de intérpretes, cujas habilidades eram instrumentais no sucesso ou fracasso dessas incursões territoriais com seus múltiplos objetivos. Um caso interessante ocorreu com a vinda dos franceses huguenotes ao litoral brasileiro. Eles usaram como intérpretes um grupo de “normandos” que havia chegado até mesmo antes de Colombo conhecer o continente. Porém, quando foram encontrados pelos franceses, já estavam tão entrosados com os índios que passaram a adotar vários de seus costumes, até a antropofagia (Léry 1990, apud Delisle e Woodsworth 1995/8:269). A despeito do constrangimento que os franceses deveriam ter sentido, continuaram a fazer uso da intermediação dos intérpretes, já que estes haviam se mostrado eficientes no desempenho de seu papel graças ao conhecimento profundo das duas culturas envolvidas e à confiança que gozavam dos dois lados. Esse aspecto de conhecimento cultural volta a ser tema central dos estudos da interpretação na atualidade, principalmente os que enfocam a *community interpreting*.

Durante o período em questão, esse grau de confiança mútua foi muito raro, em parte pela maneira pela qual a demanda de pessoas adequadas para exercer a função era atendida. Uma forma de “contratar” novas recrutas era simplesmente seqüestrar jovens das comunidades locais para levá-los a aprender, à força, a língua dos colonizadores e trabalhar como intérpretes. Naturalmente, sua confiabilidade era muitas vezes questionada pelas partes interessadas de ambos os lados. E quando se tratava de semear a palavra sagrada cristã, as barreiras eram ainda maiores. Hernán Cortés, em sua campanha para conquistar o atual México, fez uso de dois intérpretes em particular: Jerónimo de Aguilar e Doña Marina, ou Malintzin, como também era chamada. Em certa ocasião, foi relatado um caso de sucesso, “porque doña Marina e Aguilar, nossos intérpretes, já tinham adquirido boa experiência” (Días del Castillo 1983, apud Delisle e Woodsworth 1995/8:268). Neste caso, o próprio Cortés relatou ao rei Carlos V que o chefe indígena “compreendeu sem dificuldade” o sermão interpretado, e “declarou que queria destruir imediatamente seus ídolos” (MacNutt 1977, apud ibid). Só se pode imaginar a verdadeira falta de compreensão que devia ter existido entre os povos

de culturas tão díspares, e como era interpretada a Bíblia para que esta pudesse ser minimamente compreensível para os nativos americanos.

O fato é que o cristianismo foi espalhado pelo mundo com a ajuda de intérpretes que muitas vezes careciam de conhecimentos básicos sobre a cultura dos países cristãos e a religião que visavam difundir. As traduções oficiais da Bíblia, por sua vez, eram sempre tardias, chegando muito depois da religião ter se instalado, e por vezes provocando discussões e controvérsias, como já vimos. Entretanto, mesmo com todo o cuidado envolvido na tradução do texto bíblico, os conceitos sempre chegaram muito antes, transmitidos por meio oral. Pelo intérprete.

### **2.1.3 Schleiermacher: tradução e interpretação no âmbito do Romantismo Alemão**

É para a Alemanha do século XIX que viajamos agora para conhecer um pensador que teve grande influência desde sua época até tempos atuais. Friedrich Schleiermacher (1768-1834), filósofo, teólogo e tradutor alemão, desenvolveu suas idéias acerca da tradução com base na teoria de interpretação (hermenêutica), cujos fundamentos se encontram nas doutrinas de Herder sobre a linguagem. É importante entender um pouco do contexto histórico de seus pensamentos. Ele vivia num mundo dominado pela França e a língua francesa, e via na tradução um modo de enriquecer a língua alemã, pois ela “só pode prosperar bem renovada e desenvolver completamente a sua força própria através do contato multilateral com o estrangeiro” (Schleiermacher 1813/2001:83). Assim, o objetivo não era proteger a língua de contaminação por outros idiomas e, sim, desenvolvê-la por meio da tradução maciça de obras estrangeiras de ciência e arte (i.e. obras literárias), pois são elas “as energias através das quais essa descoberta [da língua] é incentivada e aperfeiçoada” (ibid: 51). Sua postura foi, seguramente, uma reação contra as práticas tradutórias anteriores, especialmente as belles infidèles (“Quem afirmaria que alguma vez foi traduzido algo das línguas antigas ou das germânicas para a francesa!” (ibid: 83)). Faz parte, então, de um contexto de afirmação nacionalista, com um apelo às classes dominantes para valorizar a língua alemã e assim elevar o status de seu povo.

Em sua palestra *Sobre os Diferentes Métodos de Tradução*, apresentada em 1813 (tradução portuguesa, 2001), Schleiermacher começa por definir a prática tradutória em contraponto à interpretação: “o intérprete exerce sua profissão no

campo dos negócios; o verdadeiro tradutor, primordialmente no campo da ciência e da arte” (ibid p.29). Uma exceção entre os teóricos por fazer menção da interpretação, ele não divide as atividades em meio oral (interpretação) e meio escrito (tradução) e, sim, as separa segundo a natureza do discurso. Assim, “o tradutor de artigos de jornal e de simples relatos de viagem se associa primeiramente ao intérprete”. Em outras palavras, qualquer tradução técnica cairia dentro da categoria de “interpretação”. Como, segundo o autor, a interpretação se restringe a negócios, e

de certa forma, todas as negociações têm um caráter aritmético ou geométrico...logo prevalece um uso fixo de cada palavra por regra ou costume...Por isso, a transposição nesse campo é um processo quase só mecânico, que com um parco conhecimento de ambas as línguas cada um pode realizar, e se nela for evitado o erro evidente, há pouca diferença entre o melhor e o pior. (ibid:33)

Com duas páginas de argumentos, Schleiermacher elimina sumariamente a interpretação das teorizações. Esse tipo de desprezo pela interpretação, nada incomum entre os grandes pensadores do passado, que enfatizavam textos sagrados ou literários, retardou o processo de amadurecimento da interpretação, tanto no sentido atual da palavra (uma modalidade de tradução oral), como no sentido dado por Schleiermacher, de tradução que hoje seria dita como “técnica”. Veremos mais sobre isso depois.

Tendo delimitado o tipo de texto a ser abordado, Schleiermacher passa para a estratégia de tradução a ser empregada, elaborando duas estratégias possíveis para a tradução: “ou o tradutor deixa o autor em paz e leva o leitor até ele; ou deixa o leitor em paz e leva o autor até ele” (ibid: 43). A partir deste momento, adotaremos a nomenclatura criada por Lawrence Venuti (1995) para designar os dois métodos de Schleiermacher, chamando a primeira estratégia de estrangeirizadora e a segunda, de domesticadora. Esta última é:

[uma tradução] que não exige nenhum empenho e esforço de seu leitor, que por magia lhe transfere o autor estrangeiro para seu presente imediato e que quer mostrar a obra assim como ela seria, se o autor mesmo a tivesse escrito originalmente na língua do leitor. (Schleiermacher 1813/2001: 63)

Infelizmente, como o próprio autor argumenta, seria errôneo imaginar que tal feito seja possível,

pois quem reconhece a força formadora da língua, como ela é uma coisa só com as particularidades do povo, também tem de confessar que para os mais cultos, todo o seu saber, e também a possibilidade de apresentá-lo, são formados com e através da língua (ibid: 67).

Evidentemente, estamos diante de um pensamento radicalmente relativista. E com esse relativismo, a lógica de Schleiermacher nega a possibilidade de uma recriação exata de uma obra estrangeira em outro idioma, como se o autor o tivesse escrito originalmente na segunda língua.

Descartada essa opção, resta ao tradutor um trabalho estrangeirizador, que consiste em relembrar ao leitor da tradução, ao longo do texto, que aquilo que ele lê é uma tradução, em vez de lhe dar a ilusão de estar lendo algo que foi produzido diretamente pelo autor estrangeiro. O tradutor deve tentar:

transmitir aos leitores a mesma imagem, a mesma impressão que ele próprio teve através do conhecimento da língua de origem da obra, de como ela é, e tenta, pois, levá-los à posição dela, na verdade estranha para eles. (ibid: 45)

O tradutor deve ler a obra que traduz com um olhar estrangeiro, e transmitir, no seu texto, essa impressão. Portanto, ele não pode ser um verdadeiro bilíngüe, senão ele não conseguirá ler o texto como o leria um estrangeiro, e não terá como transmitir, em seu texto, seu sabor estrangeiro.

O método estrangeirizador consiste, então, em aproveitar a flexibilidade morfológica, sintática e gramática que a língua já oferece e moldá-la, esticando-a, para que acomode modos de expressão que, inicialmente, lhe sejam estranhos. Com essa manipulação, a língua é desafiada, e passa a ter uma amplitude de expressão maior, ficando mais desenvolvida graças a esse contato com o estrangeiro.

## **2.2 Tradução e interpretação a partir do século XX**

### **2.2.1 Surgem novas modalidades de prática**

O século XX foi um período de mudança inédita, tanto na prática da tradução e da interpretação como nos estudos, pesquisas e idéias que as acompanham. Embora os grandes pensadores da tradução de tempos passados (alguns dos quais citados anteriormente) não deixem de exercer certa influência sobre uma parcela das pessoas engajadas nessas atividades, não ocupam mais o terreno central, perdendo espaço para conceitos, práticas e estudos que só poderiam ter emergido no contexto do século das Grandes Guerras. Em termos práticos, a globalização e a revolução dos meios de comunicação e da informação aceleraram todo o processo tradutório. Quem é tradutor recebe e entrega textos via internet de e para pessoas que supõem que se trate de um processo quase mecânico. A quantidade de textos não-literários traduzidos supera

inimaginavelmente a quantidade de traduções literárias, e cada vez mais os textos traduzidos têm uma vida útil extremamente curta, como é o caso de muitos que são publicados na internet. Surgem, também, novas formas de tradução, como a legendagem, dublagem e a localização de softwares.

Todas essas novidades aproximam a tradução da interpretação, no sentido em que as duas atividades passam a ter certas características em comum, em determinadas modalidades, sendo o imediatismo e a mescla de linguagem oral e escrita as mais notáveis. Os prazos de entrega de traduções “urgentes” (que tendem a ser a regra e não a exceção) forçam os tradutores a produzir seus textos com uma velocidade que se aproxima da simultaneidade requerida do intérprete. Já o registro formal da linguagem escrita fica cada vez menos prestigiado no universo contemporâneo do trabalho, na medida em que a “mensagem” vai ganhando supremacia absoluta. Estamos vivenciando uma explosão de comunicação em que as diferenças entre a linguagem (e, conseqüentemente, a tradução) escrita e falada vão se tornando difusas.

A tecnologia foi responsável por uma revolução na interpretação, também. O início da era da interpretação simultânea – que emprega microfones, fones de ouvido e cabines – veio com os julgamentos de Nuremberg e de Tóquio, depois da 2ª Guerra Mundial. Os equipamentos usados em Nuremberg haviam sido desenvolvidos pela IBM na década de 20 e usados pela primeira vez em 1927, na Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra. Na União Soviética, equipamentos parecidos haviam sido desenvolvidos durante a mesma década e foram usados pela primeira vez no 6º Congresso da Internacional Comunista (*Comintern*) em 1928.

Com a nova aparelhagem, foi possível para o intérprete formular sua tradução simultaneamente – ao mesmo tempo em que o orador falava. Os intérpretes, todos acostumados com a modalidade consecutiva, estavam, na maioria, usando a tecnologia pela primeira vez, uns com mais sucesso que outros. O treinamento e as condições de trabalho eram precários, e a modalidade em si, embora muito aplaudida pelo público e a imprensa, recebeu críticas. O procurador americano, Robert Jackson, culpou a interpretação pelo fracasso do interrogatório a que submeteu Hermann Goering. Este, que sabia bem inglês, empregou uma estratégia bem sucedida para atrapalhar o advogado, ora reclamando que a tradução da pergunta não era audível ou que não era adequada, assim fazendo com

que a pergunta fosse inteiramente reformulada, ora reclamando que a tradução não era adequada, mas mesmo assim respondendo. O procurador, provavelmente com razão, alegou que Goering adotou a estratégia para ganhar mais tempo para preparar suas respostas (Gaiba 1999:16-18).

Durante o último meio século, a interpretação simultânea substituiu a consecutiva na maioria das situações formais de grande porte. A preponderância da simultânea, que exige uma formação específica, aliada à crescente profissionalização da área, com o estabelecimento da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC) em 1953, seguido pelo surgimento de várias associações nacionais, fizeram com que o emprego de mão de obra não qualificada ficasse mais restrito a situações menos formais, como acompanhamento. Mesmo assim, Miriam Shlesinger ainda opina que:

parece razoável supor que a *maioria* [das interpretações]... é realizada *ad hoc*, por pessoas sem treinamento específico, que não alegam ser *intérpretes*. Embora isso seja a exceção no contexto de conferências, ainda é o caso na grande maioria dos contextos interacionais.<sup>5</sup> (2001:165; grifos no original)

Parece razoável supor, também, que as traduções, na maioria das vezes, são realizadas *ad hoc*, por pessoas sem formação específica.

Os primeiros cursos de formação de intérpretes em nível universitário nasceram na Europa, nas cidades de Heidelberg, Paris, Trieste e Viena. Desde então, cursos de graduação, pós-graduação e especialização surgiram no mundo todo, atendendo às necessidades do mercado. A maioria, seguindo a própria orientação da AIIC, não inclui módulos sobre teoria, embora a AIIC recomende que os cursos se estruturam de acordo com os “princípios e métodos advindos da pesquisa dos estudos da interpretação”<sup>6</sup>. Tal postura demonstra a ambivalência típica da relação entre praticantes e teóricos da interpretação, embora haja sinais de mudança nesse sentido<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> “it seems reasonable to assume that *most* [interpreting]... is performed *ad hoc*, by people with no task-specific training, who do not claim to be *interpreters*. While this is the exception in conference settings, it is still the rule in an overwhelming majority of interactional ones”.

<sup>6</sup> Item 6 dos 12 critérios para cursos de formação de intérpretes, publicados no site da AIIC, no url [http://www.aiic.net/ViewPage.cfm?page\\_id=60](http://www.aiic.net/ViewPage.cfm?page_id=60), afirma que: “professores de interpretação deveriam ter recebido alguma formação pedagógica especificamente para a interpretação. Hoje, a formação de intérpretes é mais sistemática e estruturada: se baseia em princípios e métodos oriundos de pesquisas dos estudos da interpretação com o objetivo de preparar a próxima geração de intérpretes para sua profissão de escolha”. Acessado em 13 de novembro de 2005. Tradução do inglês pela autora.

<sup>7</sup> Durante o debate na Universidade de Aston mencionado acima (página 13), foram citados alguns casos de sucesso de colaborações entre intérpretes e pesquisadores (ver Schäffner 2004a:41-44).

No Brasil, a Associação Profissional de Intérpretes de Conferência (APIC) foi fundada em 1971. Tal como a AIIC, publica um código de ética e regulamentos para os membros, que abrangem questões tão diversas quanto honorários, contratos, condições de trabalho, deveres do intérprete coordenador, etc. Um dos critérios para ser aceito na APIC é o número total de dias de interpretação acumulados (mínimo de 200 dias), dos quais uma parcela grande (mínimo de 80 dias) precisam ser em parceria com membros da Associação. Os cursos de formação de intérpretes no Brasil, consoantes com as exigências do mercado, oferecem treinamento prático sem módulos teóricos. Na maioria, são ministrados por intérpretes praticantes (como orienta a AIIC), mas nem todos seguem a seqüência mais indicada, segundo pesquisas na área; a saber, primeiro, interpretação consecutiva, e em seguida, simultânea.

### **2.2.2 Amplia-se o escopo dos estudos sobre a tradução**

O nascimento da lingüística como disciplina independente com status acadêmico próprio trouxe uma ampliação da quantidade de frentes disponíveis para a investigação da tradução. As primeiras tentativas de fazer tradução automática (por computador) nos anos 50 se basearam em modelos estruturais de línguas individuais. Não demorou muito para se entender que tais modelos careciam de uma sofisticação que pudesse dar conta da multiplicidade de manifestações lingüísticas.

Com o surgimento de cada nova sub-disciplina da lingüística, os estudiosos da tradução ampliavam seu campo de atuação, lançando mão das novas teorias e perspectivas e as desenvolvendo dentro da sua área. Assim, a sociolingüística, lingüística computacional, aspectos cognitivos da aquisição de línguas, semântica, pragmática, psicolingüística, lingüística etnográfica, lingüística aplicada, neurolingüística, e muitas outras passaram a complementar os campos de conhecimento consagrados que informam reflexões sobre a tradução, como a filosofia, filologia, história, antropologia, pedagogia, etc. Além disso, a velha dicotomia de fidelidade *versus* liberdade e a mal-resolvida questão da equivalência ganharam novos tratamentos com abordagens pós-modernas. As revelações dos estudos culturais, de gênero e pós-coloniais trouxeram pontos de vista inovadores e ferramentas que, aplicadas para a tradução, subverteram a ordem, colocando em xeque os pressupostos pelos quais a tradução é vista como

atividade secundária e o tradutor é subjugado ao domínio do “original” e do autor. Ampliaram-se, assim, o campo da tradução, a compreensão da sua função na sociedade e a complexidade das questões envolvidas.

Entretanto, com esse novo – e bastante variado – leque de possibilidades, a área começou a se questionar novamente. Perguntas fundamentais, como o que é tradução, o que constitui uma teoria, quais abordagens são apropriadas para quais tipos de tradução, o que significa rigor científico, e se isso é desejável e/ou possível nos estudos da tradução, vêm sacudindo os edifícios acadêmicos ainda em fase de solidificação, colocando em questão a compatibilidade de diferentes linhas e metodologias de pesquisa e a viabilidade de um espaço institucional único que se designaria Estudos da Tradução. E é durante esse período que entram em cena os estudos da interpretação, para debater essas e outras questões com os estudiosos da tradução numa troca rica e fértil. Mas antes de entrar em detalhes, precisamos primeiro conhecer melhor a interpretação e os estudos existentes a seu respeito.

### **2.2.3 Nasce a pesquisa sobre a interpretação**

Como já vimos, a interpretação careceu de um tratamento sério por muitos séculos. Em parte, isso foi devido às suas especificidades: a intangibilidade da palavra falada, além da co-dependência entre fala, contexto, local, outras partes envolvidas, etc.; ou seja, o evento mediado por interpretação e suas características. Adicionalmente, a contratação de pessoas sem preparo formal (devido à inexistência de cursos de formação de intérpretes) contribuiu para reforçar seu baixo status. Por outro lado, havia pensadores influentes, como Schleiermacher, que dispensaram a interpretação, a julgando muito simples, “um processo quase só mecânico” (ver seção 2.1.4), e conseqüentemente deixando a desejar como objeto de estudo. Tal comentário foi – e ainda é – uma barreira bastante real para muitos estudiosos. Nas palavras de Franz Pöchhacker, um dos mais conceituados acadêmicos dos estudos da interpretação contemporâneos:

Eu diria que, pelo menos com relação aos estudiosos falantes de alemão, a dicotomia entre ‘tradução genuína’ e ‘mera interpretação’ estabelecida no início do século XIX por Friedrich Schleiermacher teve um impacto considerável – e adverso – nos estudos acadêmicos da interpretação. Como constatou Heidemarie Salevsky em um relato pessoal, os acadêmicos da chamada Escola de Leipzig da então República Democrática Alemã de modo geral sentiam que a interpretação não era

um assunto tão merecedor de estudo científico quanto a tradução (escrita).<sup>8</sup> (Pöchhacker 2004b:107)

Mas mesmo deixando de lado esses julgamentos de valor, encontramos na interpretação uma série de aspectos práticos que impediram e ainda impedem a formulação de estudos mais direcionados aos seus fenômenos tão particulares. A interpretação em si não deixa rastros. Para se obter um texto para a finalidade de estudo posterior, é necessário gravar a fala tanto do orador como do intérprete. Até relativamente pouco tempo, isso era tecnologicamente impossível, e ainda hoje representa um impedimento. Mesmo quando existe a possibilidade de gravar, muitos pesquisadores encontram resistência por parte dos praticantes da profissão, que freqüentemente desconhecem os métodos e objetivos de tais estudos. Daniel Gile, outro prolífico estudioso da interpretação, aponta uma “tensão” entre praticantes e pesquisadores, tanto nos estudos da tradução como nos estudos da interpretação (Gile 2004a:28-29). A grande diferença é que os estudos da interpretação dependem mais da boa vontade dos praticantes para levar adiante suas pesquisas, enquanto nos estudos da tradução o produto normalmente fica ao alcance do pesquisador, sem que este precise, necessariamente, pedir permissão para usá-lo.

Outra característica – a relação entre as falas do orador e do intérprete e os outros fatores presentes no evento – dificulta uma interpretação confiável dos dados. Fatores físicos (as condições de trabalho, como a temperatura, ruídos, o espaço físico na cabine, etc.), a natureza da fala do orador (sua linguagem corporal, tom de voz, velocidade, sotaque, o assunto, etc.), além de uma série de elementos envolvendo os outros atores que compõem o evento mediado por interpretação, repercutem na produção do intérprete. Mesmo que seja feita uma gravação das respectivas falas, esta precisa ser transcrita, e se a meta for transcrever todos esses aspectos, passa a ser um processo extremamente trabalhoso, lento e subjetivo<sup>9</sup>. Tal como em qualquer ciência, o termo “quantitativo” descreve mais um objetivo do que uma realidade, pois qualquer

---

<sup>8</sup> “I would submit that, at least for German-speaking scholars, the dichotomy between ‘genuine translation’ and ‘mere interpreting’ set up in the early 19th century by Friedrich Schleiermacher has had a considerable – adverse – impact on the academic study of interpreting. As reported by Heidemarie Salevsky in a personal communication, academics at the so-called Leipzig School in what was then the German Democratic Republic generally felt that interpreting was not as worthy a subject of scientific study as (written) translation”.

<sup>9</sup> Dois estudos de caso que envolvem uma discussão de como elaborar uma transcrição são de Helle V. Dam e de Cecilia Wadensjö, ambas em Gile 2001.

dado precisa ser interpretado, e no caso da atividade de interpretação, os fatores não controláveis são muitos.

As primeiras manifestações acadêmicas a respeito da interpretação foram esporádicas e fragmentárias. O primeiro trabalho acadêmico conhecido no Ocidente foi publicado em 1931 pelo psicólogo espanhol Jesús Sanz, mas foi desconhecido pela geração seguinte de pesquisadores. Na década de 1950 e, sobretudo, nas de 1960 e 1970, as pessoas que se dedicavam à pesquisa sobre interpretação podem ser divididas em dois grupos: intérpretes profissionais ligados a instituições acadêmicas, que faziam da sua profissão seu objeto de estudo; e psicólogos e psicolingüistas que se interessavam pela interpretação simultânea por causa da “‘artificialidade’ da tarefa, se comparada com o desempenho lingüístico normal” (d’Arcais 1978, apud Pöchhacker 2004a: 69).

Entretanto, a instituição propriamente dita dos estudos da interpretação tem suas raízes nas pesquisas desenvolvidas nas diferentes escolas fundadas para formar intérpretes destinados a trabalhar nas entidades supranacionais e multilíngües que foram criadas depois da II Guerra Mundial. Dada a escassa literatura sobre o assunto, tomarei duas escolas como exemplos dessa pesquisa. Infelizmente, não será possível investigar a interpretação na China ou Japão, que têm suas tradições próprias, mas cuja literatura encontra-se com poucas traduções para línguas européias<sup>10</sup>.

Na Europa, a escola mais influente durante os anos formativos da disciplina foi a Escola de Paris. Quando Danica Seleskovitch criou o doutorado na École Supérieure d’Interprètes et de Traducteurs (ESIT) da Universidade de Paris III/Sorbonne Nouvelle, institucionalizou sua *théorie du sens*, ou “teoria interpretativa” da tradução, como o arcabouço teórico das pesquisas ali produzidas. Sua versão mais simples é representada graficamente em Figura 1. O aspecto fundamental desse modelo é que o intérprete “compreende” a mensagem em termos não verbais; ou seja, a interpretação *não* se trata de traduzir palavras, *nem* de transferência verbal, *nem* de diferenças entre dois idiomas (ver Pöchhacker 2004:68). O modelo continua a exercer uma forte influência ainda hoje, em parte pelo fato de refletir o senso comum do intérprete: muitos dos

---

<sup>10</sup> Resumos de trabalhos sobre interpretação de conferências do mundo todo são publicados no site do IRN, no url: <http://perso.wanadoo.fr/daniel.gile>.

“momentos de glória” na cabine ocorrem quando ele consegue se desvincular completamente da *forma* da fala do orador e cria sua própria fala livremente.

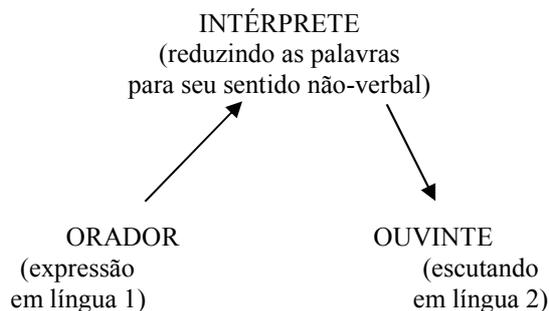


Figura 1. Modelo triangular de Seleskovitch (Seleskovitch e Lederer, 1984, apud Pöchhacker 2004:97)

A *théorie du sens*, com sua rejeição de um tratamento puramente lingüístico da atividade – e um implícito distanciamento dos estudos da tradução escrita – embasaram os estudos posteriores da Escola de Paris. Nos anos 1970, as ciências cognitivas estavam desabrochando, e encontraram novos adeptos na França. Marianne Lederer procurou enriquecer o modelo inicial de Seleskovitch, concebendo vários processos envolvidos na atividade, como a previsão de itens lexicais e expectativas de sentido, tudo através do estudo minucioso de transcrições de conferências (Lederer 1977/2002). Com isso, confirmou a importância de conhecimentos anteriores durante a etapa de processamento.

Já em Moscou, a pesquisa em neurofisiologia e neuro-cibernética de Pyotr Anokhin, discípulo de Pavlov, formou a base inicial de um rico campo de investigações sobre a interpretação simultânea (Chernov 1999:48-50). Com base em sua teoria da antecipação da realidade, lingüistas e psicólogos desenvolveram pesquisas sobre a antecipação de probabilidade, notadamente Lukanina, que apontou para a existência de “elementos prognosticadores” que serviriam como pontos centrais para o intérprete perceber a estrutura sintática do enunciado e produzir uma estrutura sintática durante o processo de interpretação. Além disso, em uma série de pesquisas orientadas pelo próprio Chernov, foi descoberto que, quando se divide um texto coerente em frases separadas desordenadas, o intérprete consegue traduzir apenas uma em cada duas ou três frases. Essas experiências práticas demonstram o papel crucial de processos antecipatórios para o sucesso da atividade, e são coerentes com o programa de formação de intérpretes na Rússia (visando seu futuro trabalho na ONU), que contém matérias

como geografia, política, direito internacional, economia, além de outros assuntos pertinentes.

As duas escolas descritas acima têm em comum a preocupação central com o *processo* de interpretação simultânea, e nisso estão em consonância com a maioria das pesquisas pioneiras da área. Entretanto, com a ampliação posterior do escopo dos estudos da interpretação, que ocorreu, em parte, graças ao cruzamento com abordagens inovadoras dos estudos da tradução, qualquer distinção rígida entre as duas atividades, suas características e finalidades vem ficando cada vez menos viável. E é com isso em mente que prosseguimos para o cerne da questão: as compatibilidades e incompatibilidades, harmonias e dissonâncias, que permeiam as discussões entre aqueles que visam enriquecer a compreensão da tradução em todas suas facetas, e aqueles que desejam fazer a mesma coisa com relação à interpretação.

#### **2.2.4 Estudos da tradução e estudos da interpretação – terreno comum?**

Em seu trabalho introdutório do seminário proferido na Universidade de Aston (Reino Unido) em fevereiro de 2002, publicado posteriormente sob o título “Translation Research versus Interpreting Research: Kinship, Differences and Prospects for Partnership” (2004a), Daniel Gile aponta um fato inegável: o de que onde já há pesquisa sobre tradução, tende a haver, também, pesquisa sobre interpretação. Este é o caso, por exemplo, na European Society for Translation Studies (EST) e no Leuven Research Centre for Translation, Communication and Culture (CETRA). Além disso, a quantidade de relatos de pesquisas sobre interpretação em publicações dirigidas principalmente para o campo da tradução é crescente. Em anos recentes, também surgiram periódicos específicos da área de interpretação, como *The Interpreters’ Newsletter* (desde 1989), *Interpreting Studies* (desde 1995) e *Interpreting* (desde 1996).

Se olharmos com mais atenção às listas de publicações das editoras principais da área, vemos que interpretação e tradução aparecem juntas. Para a John Benjamins, “Translation and Interpreting Studies” é uma única área geral, com as seguintes sub-áreas: Bibliographies, Dictionaries, Interpreting e Translation Studies. Dois dos periódicos publicados pela editora, *Interpreting e Language International*, são incluídos tanto na sub-área Translation Studies como na sub-área Interpreting; já outros dois, *Babel* e *Target*, só aparecem na sub-área

de Translation Studies. Mesmo assim, é praxe que este último inclua contribuições sobre interpretação, e já foi publicado um número especial intitulado “Interpreting Research” (*Target*, 1995). Outro fato interessante é a denominação “Translation Studies” para a sub-área de tradução, enquanto a sub-área de interpretação carece da palavra “studies”, o que parece implicar que o título (e a área de pesquisa?) “Interpreting Studies” ainda não foi amplamente aceito.

A Routledge, outra editora que oferece em seu catálogo um número relativamente elevado de títulos sobre tradução e interpretação, não tem uma categoria para tradução e/ou interpretação; os livros sobre ambos os assuntos são incluídos em Lingüística. A St. Jerome Publishing, por sua vez, tem duas publicações sobre as áreas: *The Translator* e *Translation Studies Abstracts*. A primeira aceita, regularmente, contribuições sobre interpretação, e a segunda, dividida em 23 seções, tem cinco destas especificamente sobre interpretação e mais duas que incluem interpretação. Mais uma vez, “Translation Studies” parece abranger a interpretação. Adicionalmente, a frase introdutória no site da editora chama a atenção: “Bem vindo ao site da St. Jerome Publishing, a única editora do mundo especializada em estudos da tradução e estudos interculturais”<sup>11</sup>. Com isso, mais uma vez, deixa de mencionar a interpretação como estudo autônomo, e a inclui, de forma tácita, como sub-área dos estudos da tradução.

Talvez essa relativa ambigüidade da identidade dos estudos da interpretação seja um reflexo direto de seu estado ainda incipiente, aliado à tentativa por parte dos estudos da tradução de se solidificar enquanto disciplina própria, o que, logicamente, implica a máxima ampliação de seu campo de influência e atuação. É com essa idéia em mente que volto à questão das compatibilidades e incompatibilidades dos estudos da tradução e da interpretação, agora do ponto de vista dos membros-chaves de cada comunidade. Até que ponto essas pessoas têm, ou desejam ter, objetivos em comum, e quais as objeções principais contra uma cooperação mais estreita entre pesquisadores e teóricos dos dois lados?

Tomarei como ponto de partida dessa discussão um trabalho de Barbara Moser-Mercer (1994) que, por defender tão energicamente uma postura extrema,

---

<sup>11</sup> “Welcome to the website of St. Jerome Publishing, the only publisher in the world that specializes in translation and intercultural studies”, no url: <http://www.stjerome.co.uk/index.php>, acessado em 5 de novembro de 2005.

serve bem para iluminar as questões ainda mal resolvidas na área. O trabalho visa identificar e classificar dois grupos de acadêmicos envolvidos nos estudos da interpretação:

O primeiro grupo prefere investigações que requerem precisão nos processos de lógica, e cujos membros se interessam pelas ciências naturais e quantificação; o segundo grupo prefere investigações que envolvem o intelecto de forma menos rigorosa, em termos lógicos, e cujos membros se interessam mais por abordagens advindas das ciências humanas e por teorizações gerais<sup>12</sup> (sem página).

Não é preciso ser especialista em análise do discurso para identificar o viés da autora, que se alinha fortemente com o grupo de acadêmicos que faz uso de processos mentais “precisos”. Moser-Mercer é intérprete, professora de interpretação e pesquisadora na Universidade de Genebra, com interesse principal pelos processos cognitivos envolvidos em interpretação simultânea e os fatores humanos que influenciam o desempenho de intérpretes. Suas credenciais a colocam entre as figuras mais conceituadas da área, porém ela própria parece querer se distanciar de uma parcela grande de pessoas engajadas na investigação da atividade.

Relembro, antes de prosseguir, que um dos primeiros focos do estudo da interpretação simultânea surgiu do casamento entre esta área e as ciências cognitivas, a neurolinguística e a psicolinguística. É esse caminho que pode ser considerado o mais distante da (mais antiga) tradição filosófica dos estudos da tradução, e são os pesquisadores dessa linha que mais defendem a virtude de seus métodos em detrimento de outros. Daniel Gile faz parte deste grupo, e seu discurso sobre o alinhamento dos estudos da interpretação vem se modificando com o tempo.

Foi Gile o convidado para apresentar a questão em pauta no supramencionado seminário na Universidade de Aston, e embora adote um tom bastante didático, deixa transparecer sua preferência. Louva a abundante literatura acumulada durante séculos por pensadores que analisam as possíveis maneiras de lidar com a relação tênue entre texto-fonte e texto-meta, mas na frase seguinte já questiona o valor dessas ponderações, “porque dificulta[m] a exploração de novos caminhos, tais como os estudos empíricos do processo de tradução...ou estudos de

---

<sup>12</sup> “The first group prefers explorations which require precision of logical processes, and where members are interested in the natural sciences and quantification; the second group prefers explorations which involve the intellect in a less logically rigorous manner, where members are interested more in a liberal arts approach and general theorizing”.

aspectos lingüísticos da tradução”<sup>13</sup> (Gile 2004a:16). Entretanto, ainda cita o trabalho de vários pesquisadores de interpretação como exemplos bem sucedidos da adoção de métodos e abordagens originárias dos estudos da tradução.

Farei aqui um pequeno desvio para apresentar três abordagens passíveis de aplicação nas duas áreas, além de alguns aspectos sinérgicos e compatíveis que vieram à tona nos últimos anos. Depois, retomarei a discussão travada no seminário no Reino Unido.

Os *Descriptive Translation Studies* (estudos descritivos da tradução), ou DTS, abordagem desenvolvida inicialmente por Gideon Toury, se inspirou na teoria de polissistemas literários de Itamar Even-Zohar, que, por sua vez, tem suas raízes no Formalismo Russo. O pressuposto básico é que qualquer obra – tradução ou não – ocupa determinada posição dentro de um sistema ou “polissistema”, que pode ser central ou periférico, forte ou fraco, etc. A posição que ocupa é transitória, sendo que os elementos periféricos tendem a procurar ocupar uma posição central, enquanto os que já ocupam esta posição se esforçam para manter o *status quo*. Seria esse fluxo, esse constante atrito, que explicaria as mudanças de gostos literários, e a emergência, ascensão e queda de determinados gêneros, obras, autores, etc.

Aplicando essa teoria à tradução, os estudos descritivos procuram entender como as traduções se inserem no polissistema da cultura/língua *meta*, inserção esta que pode divergir muito da posição original da obra na cultura fonte. Ao contrário de muitas outras linhas de estudo, os DTS visam entender a importância de todos os elementos que compõem a tradução enquanto produto ou objeto, que influenciam sua recepção e demonstram como é recebido pelo sistema de chegada. Esses aspectos foram designados como metatextos (qualquer texto escrito ou falado *sobre* uma tradução) e paratextos (tudo que aparece como parte do produto final: sua capa, contracapa, citações, fotos, etc.). A comparação desses elementos, aliada à comparação entre o texto fonte e o(s) texto(s) meta(s), ajuda a desenvolver um quadro bastante detalhado das atitudes prevalentes na produção da tradução. Os conceitos básicos dos DTS foram transferidos para os estudos da interpretação por Miriam Shlesinger<sup>14</sup>, colega de Gideon Toury, e a aplicação do

<sup>13</sup> “because it makes more difficult the exploration of new pathways, such as empirical studies of the process of translation...or studies of linguistic aspects of translation”.

<sup>14</sup> Ver Shlesinger 1998.

conceito de norma tradutória para a interpretação foi investigada isoladamente por outros acadêmicos, inclusive Moira Inghilleri, do Goldsmiths College, na Universidade de Londres, cujo trabalho forma parte da fundamentação teórica do presente estudo.

Existem múltiplas abordagens lingüísticas, sobretudo as envolvendo a pragmática e a análise do discurso, que são caracterizadas por análises detalhadas de textos fonte e meta, tanto na tradução como na interpretação. Dois dos pioneiros deste tipo de estudo são Basil Hatim e Ian Mason. Em *The Translator as Communicator* (1997), aplicam vários conceitos centrais da pragmática, como polidez, registro, poder, coesão, mediação, etc., para exemplos bastante variados, com o intuito de identificar como pequenas alterações no texto meta têm um impacto na força ilocucionária e outros aspectos da comunicação, alterando tangivelmente seu rumo e a relação entre os interlocutores. Embora tal abordagem tenha tomado o “tradutor” como objeto principal de pesquisa, fica claro no trabalho de Hatim e Mason que a interpretação, por lidar com ações e reações “ao vivo”, é um dos terrenos de tradução *lato sensu* mais férteis para uma abordagem baseada na pragmática.

Outra teoria da tradução com aplicabilidade para a interpretação – e, aliás, criada para abranger a interpretação – é a teoria do *skopos*, ou funcionalista, desenvolvida por Hans Vermeer. De forma semelhante aos descritivistas, os funcionalistas procuram entender uma tradução pela sua inserção na cultura fonte:

podemos estabelecer...como regra fundamental da tradução e interpretação que o receptor, dentro da sua situação de comunicação, deverá apreender a mensagem. Esta teoria opõe-se frontalmente à tradicional tradução à letra (Vermeer 1985 apud Alves e Scheible 1996:175).

Podemos acrescentar que se opõe frontalmente, também, à cisão estabelecida por Schleiermacher entre tradução “verdadeira” e interpretação mais de 150 anos antes. A teoria procura anular a herança mais prescritiva da escola germânica, focando na tradução como *ação* (como qualquer atividade humana), e evitando caracterizá-la em termos da sua orientação mais na direção da cultura de partida ou de chegada. Também evita levar em consideração as interferências de mediadores e agentes indiretamente envolvidos no processo tradutório na busca de um modelo simples e de ampla aplicabilidade. Tomando essa teoria, Franz Pöchhacker a utilizou como estrutura para a criação de modelos conceituais e

análises empíricas de características interacionais, situacionais e textuais de interpretação simultânea de conferências.

Outra área de sinergia é oferecida pela própria natureza da tradução e da interpretação e as características mútuas que se multiplicam com o surgimento de novas tecnologias. Maria Theresa Musacchio (em Schäffner 2004a:45) ressalta o fator do tempo, pelo qual a interpretação se assemelha à *sight translation* (tradução falada de um texto escrito), propondo investigações nessa área como possível campo de interesse. As duas práticas também envolvem um *processo* tradutório, que é objeto de análise dos estudos da interpretação desde sua eclosão, mas que ainda recebe pouca atenção por parte de estudiosos da tradução escrita. Ian Mason (2004) ressalta ainda a natureza interacional de textos escritos, o que os aproxima da interpretação, em especial à *dialogue* ou *community interpreting*.

Tendo visto alguns conceitos e abordagens que já geraram conhecimentos a respeito das duas áreas, voltamos agora para a discussão em pauta, dando a palavra para Franz Pöchhacker, que, nas suas palavras, mantém uma “relação produtivamente adversativa” com Daniel Gile há aproximadamente 10 anos. Embora ele mesmo designe como “empíricas” as pesquisas que desenvolve (Pöchhacker 2004a:77), é uma das vozes mais conciliadoras na questão da formação de parcerias entre as comunidades dos estudos da tradução e da interpretação. Faz uma crítica, nos moldes da análise do discurso, dos termos usados por Gile (2004a), criticando o emprego repetido de palavras como “reflexão” e “especulação”, contrapostas a “pesquisa”, muitas vezes “empírica”, porque exprime dissensão:

não deveríamos ficar tão preocupados com tal distinção, e em vez disso deveríamos apreciar a grande variedade de idéias (‘teorias’) dentro de uma evolução geral na direção de uma melhor compreensão e explicação de fenômenos tradutórios.<sup>15</sup>  
(Pöchhacker 2004b:106)

O próprio Gile se dá o direito de rebater no final da publicação (Gile 2004b), alegando incompreensão diante das críticas de Pöchhacker. Mais adiante, oferece uma possível explicação: que pode haver uma falta de conhecimento mútuo das normas subjacentes das duas grandes linhas de estudos da tradução (para as quais emprega os termos de Moser-Mercer, de “paradigma das ciências naturais” e “paradigma inspirada nas ciências humanas”). Se o alinhamento de um grupo for

<sup>15</sup> “we should not be all that concerned with such a distinction and instead appreciate the full variety of ideas (‘theories’) within an overall evolution toward a better understanding and explanation of translational phenomena”.

tão forte que dificulta até a comunicação com o outro grupo, isso não é muito promissor para possíveis sinergias no futuro.

Passamos agora para a troca de idéias em *Target* (2000-2001), caracterizada em termos gerais nas páginas 13 e 14 deste trabalho. Começa com um manifesto unificado de dois defensores de posições aparentemente antagônicas: as de Andrew Chesterman, que propõe uma “teoria Popperiana da tradução”<sup>16</sup>, e de Rosemary Arrojo, que advoga uma visão pós-moderna da tradução. Embora tal empenho necessariamente impeça um aprofundamento além das idéias básicas propostas (pois isso levaria inevitavelmente para os tópicos de divergência), o debate que desencadeou foi bastante intenso, mesmo que pouco decisivo. Encerrando a última série de respostas, Marilyn Gaddis Rose escreveu que ficou “perturbada” com as repetidas expressões de “exasperação, frustração, até superioridade e defensividade” (Rose 2001:349). Ela pode estar se referindo a Anthony Pym, que procurou demonstrar a impossibilidade de uma cooperação entre opostos (em termos epistemológicos), e às contribuições cujos títulos, como “Why should we seek common ground” e “Do we need a shared ground?”, colocam em xeque a própria possibilidade de união nos estudos da tradução.

Naturalmente, durante o processo de consolidação de qualquer disciplina acadêmica há um “jogo de cadeiras”, no qual diferentes atores tentam se projetar e dar mais legitimidade para o ponto de vista que defendem. Aliás, isso não ocorre apenas no início de um processo; é um constante em qualquer sistema. Pode ser que ainda exista um ou outro defensor da organização dos estudos da tradução e interpretação em múltiplas áreas acadêmicas, de acordo com as preferências pessoais dos acadêmicos envolvidos. Entretanto, pela abundância do diálogo entre as diversas vozes, isso não me parece ser o caminho sendo percorrido atualmente. A força dos argumentos a favor e contra diversos posicionamentos não é sinalizadora de uma iminente implosão da área e, sim, representativa da luta de poder para a ocupação da posição central, em termos pessoais, epistemológicos, metodológicos, geográficos e do objeto de estudo.

Se as normas pelas quais a tradução foi estudada e contemplada durante os últimos séculos se basearam numa preocupação com a maneira de produzir um

---

<sup>16</sup> Do prefácio de Chesterman 1997. *Memes of Translation. The Spread of Ideas in Translation Theory*. Amsterdã: John Benjamins. Acessado eletronicamente no url <http://www.helsinki.fi/~chesterm/1997cMemes.html> em 16 de novembro de 2005.

texto “fiel” a partir de um “original”, com o que constitui “fidelidade” e “liberdade”, e em quais circunstâncias o tradutor deveria ter mais cuidado com a forma ou mais cuidado com o conteúdo e o que isso significa para diferentes tipos de texto; e ainda se essas questões foram o objeto de observações de algumas das mentes mais brilhantes da humanidade, me parece um contra-senso simplesmente desprezar essa herança. Ao mesmo tempo, as mudanças no mundo foram tantas nas últimas décadas que uma transformação na forma de observar, formular e conceber os fenômenos tradutórios acaba sendo o resultado inevitável. O atrito entre as pessoas com um pé no passado e aquelas que, entusiasmadas com as tantas oportunidades à vista, querem desbravar novos rumos cria uma arena propícia para lutas e desentendimentos. Mas é o mesmo atrito que pode ser um grande catalisador para uma nova era nos estudos da tradução – em parceria com a interpretação.